

Textos

Roberto Biluczyk

Coleção de textos do Autor, colhidos de forma livre nos meios eletrônicos

Todos estes trabalhos foram colhidos de forma eletrônica, já publicados em redes sociais, jornais, revistas e livros diversos, disponíveis livremente.

Esta coleção não é um livro, apenas um apanhado para registrar os trabalhos de sua autoria e/ou de sua preferência, publicados por ele, sobre temas diversos.

A critério do Autor poderá ser transformado em livro.

O ProjetoPF pode ajudar nesta tarefa. Contate-nos.

Data : 01/01/2019

Título : O ataque da ditadura militar a empresas privadas: o caso Panair

Categoria: Artigos

O ataque da ditadura militar a empresas privadas: o caso Panair

Roberto Biluczyk

Mestrando em História – PPGH-UPF

A ditadura militar, instalada a partir de abril de 1964, causou uma série de transformações no cenário político, econômico e social brasileiro. Os militares justificavam suas ações pela contrariedade em relação ao governo João Goulart, deposto por eles, ao qual atribuíam características comunistas, mesmo que Jango estivesse bem longe de adotar essa ideologia.

O efeito imediato mais evidente da ditadura militar foi a supressão da democracia pelos vinte e um anos seguintes. Durante este período, os militares perpetraram inúmeros atos contra seus opositores. Algumas dessas práticas ainda são pouco conhecidas pela população, a exemplo do ataque dos ditadores a empresas privadas cujos interesses não estavam plenamente afinados com seu ideário.

Uma das mais importantes empresas atacadas foi a Panair do Brasil, principal viação aérea do período, fundada em 22 de outubro de 1929 como uma subsidiária da companhia estadunidense PanAm. Sinônimo de qualidade, a Panair foi comprada em 1961 por dois empresários brasileiros: Celso da Rocha Miranda (1917-1986), do ramo de seguros, e Mário Wallace Simonsen (1909-1965), atuante em dezenas de negócios.

A compra da Panair por Miranda e Simonsen descontentou especialmente sua principal concorrente, a Viação Aérea Rio-Grandense, conhecida comercialmente como Varig. A ambição da Varig, segundo pesquisadores, era ter absorvido a concorrente para, enfim, dominar o mercado da aviação brasileira. Naquele 1961, a empresa já tinha adquirido uma outra rival, a Real Transportes Aéreos.

Sob os cuidados dos empresários brasileiros, a Panair seguiu suas operações normalmente, conservando seu legado de grande empresa. No entanto, em 10 de fevereiro de 1965, uma súbita ordem do governo militar suspendeu as atividades da companhia, deixando mais de cinco mil pessoas sem conhecer seus futuros profissionais. O motivo alegado pelo governo seria a “irrecuperável situação financeira da empresa”, o que se mostrou uma inverdade.

Na mesma noite, aviões da Varig já estavam preparados para atender os passageiros de voos internacionais da concorrente, observando os mesmos destinos e horários planejados pela Panair. Dessa forma, sugeriu-se que a empresa sul-rio-grandense já conhecia o destino de sua adversária, antes mesmo da própria companhia ser suspensa, quando buscava soluções para retomar suas atividades, sem sucesso. O pedido de concordata foi negado pelo judiciário e pelo governo, que proibiu posteriormente empresas aéreas de solicitarem recuperação judicial.

Dias depois, O Nacional repercutiria o esforço dos funcionários da empresa aérea em prol da continuidade de suas operações. À época, a Varig comunicou que contrataria funcionários da organização recém extinta, “em função de compromissos assumidos com o Governo Federal”, segundo anúncio publicado no periódico carioca Última Hora. Apesar disso, a companhia absorveu poucos trabalhadores da Panair, que teria, tempos depois, sua falência oficialmente decretada. A própria Panair arcou com as indenizações trabalhistas de seus funcionários, pagando-as em curto prazo e em dobro, mesmo diante da dilapidação de seu patrimônio pelos militares.

Contrários à ditadura militar desde sua concepção, Miranda e Simonsen deixaram o país, rumo ao exílio. Simonsen não sobreviveu muito tempo ao ataque imposto às suas atividades. Em março de 1965, o empresário não resistiu

a um infarto. Suas demais corporações sucumbiram pouco-a-pouco, a exemplo da TV Excelsior, em 1970.

Nos anos 1970, os compositores Milton Nascimento (1942-) e Fernando Brant (1946-2015) criaram uma música comemorando a empresa. “Saudades dos Aviões da Panair” foi interpretada por Elis Regina (1945-1982) e prontamente censurada pelo regime, tendo seu título substituído por “Conversando no Bar”.

O fechamento forçado da empresa foi retratado mais tarde por documentários e livros. A Comissão Nacional da Verdade também se ocupou da apuração dos acontecimentos relativos. O caso Panair evidencia que ninguém estava livre de sofrer retaliações dos militares que comandaram o Brasil entre 1964 e 1985.

Data : 02/06/2021

Título : O Bairro S. José: apontamentos introdutórios de pesquisa

Categoria: Artigos

Descrição: O texto a seguir reúne informações introdutórias obtidas através de pesquisas realizadas pelo autor em 2019, interrompidas em virtude de outros compromissos e da pandemia. Busca-se apresentar alguns apontamentos úteis à construção de uma história do Bairro São José, localizado a nordeste de Passo Fundo.

O Bairro São José: apontamentos introdutórios de pesquisa

Por: Roberto Biluczyk, mestre em História (02.06.2021)

O texto a seguir reúne informações introdutórias obtidas através de pesquisas realizadas pelo autor em 2019, interrompidas em virtude de outros compromissos e da pandemia. Busca-se apresentar alguns apontamentos úteis à construção de uma história do Bairro São José, localizado a nordeste de Passo Fundo.

História prévia

O distrito-sede de Passo Fundo experimentou diversos momentos de expansão ao longo de sua história. Em 1918, por exemplo, nas proximidades do Centro, começou a se constituir, com sucesso, a Vila Rodrigues, por iniciativa do fazendeiro Faustino Rodrigues da Silva (1876-1934). Na década de 1920, em um amplo terreno, onde antes se localizava a Praça Boa Vista, foi construído o Instituto Educacional, importante educandário de configuração original, que impulsionou o crescimento da cidade em direção ao Boqueirão.

Em 11 de março de 1930, um anúncio no jornal O Nacional promovia o lançamento da “Villa Petrópolis”, empreendimento da Companhia Predial Ltda. Na publicidade, descrevia-se o local como o “arrabalde mais pitoresco da cidade de Passo Fundo”. Informava-se que as plantas do novo bairro haviam sido aprovadas pela municipalidade, conforme o Ato nº 472, de 6 de junho de 1929. Prometiam-se excelentes condições de pagamento para a aquisição de terrenos e chácaras no local, “importante entrada comercial” para a sede do município (VILLA..., 1930, p. 6).

Sobre as chácaras, o anúncio enfatizava a abundância de “matos, areias e pedreiras”, bem como a proximidade do lugar com o Rio Passo Fundo. A respeito dos terrenos, salientavam-se os grandes lotes, “servidos pela linha férrea, com grande extensão, excelentemente apropriados para instalação de qualquer indústria”. Além disso, o local contaria com o “importante Seminário dos Irmãos Maristas”, que brevemente seria edificado em área de terra que englobaria a antiga “Villa Coronel Gervásio” (VILLA..., 1930, p. 6) – a construção do seminário, contudo, não ocorreu e são desconhecidos pormenores sobre a negociação.

A planta de Passo Fundo impressa no Plano Diretor de 1953 sugere que uma grande porção do Bairro Petrópolis já estava, no período, plenamente integrada à zona urbana (PASSO FUNDO, 1953).

O Bairro São José: primeiras menções

Em 23 de dezembro de 1955, o prefeito Mário Menegaz (1915-2007) sancionou a lei nº 660, que formalizou a denominação de logradouros em Passo Fundo. O trabalho foi organizado pela Comissão Especial de Nomenclatura de Ruas da Câmara Municipal de Vereadores, listando 426 nomes de ruas e 19 nomes de praças. No caso das vias públicas, a legislação também abriu margem para discrepâncias, como designações em duplicata (PASSO FUNDO, 1955). Algumas dessas nomenclaturas foram corrigidas posteriormente, outras se perpetuaram em suas vigências, sem modificações.

Na letra dessa lei, que descrevia tão-somente o nome da rua, seguido do bairro onde estava localizada, sem pontuar quaisquer outros dados, encontrou-se relevante menção ao Bairro São José. Considerando a planta do Plano Diretor de 1953, que excluía o bairro de seu planejamento, o São José estava distante do que era entendido como núcleo urbano. Entre suas primeiras ruas estavam as avenidas Padre Antônio Vieira, Luiz de Camões e Nova Olinda, que se constituíram em suas principais vias, e as avenidas Lucas Dias e Sílvio Romero, que tiveram seus traçados modificados pela construção posterior das rodovias que interseccionam o bairro, a ERS 135 e a BR 285.

O nome da Avenida Nova Olinda alude a um distrito amazonense, elevado a município em 1955, que se destacava no cenário nacional por haver sido

encontrado petróleo em seu território. Com o tempo, por diversos motivos, o governo abandonou o extrativismo em Nova Olinda do Norte/AM, fazendo a localidade perder protagonismo econômico. Mesmo assim, a homenagem passo-fundense permaneceu. Outros logradouros do Bairro São José receberam nomes de capitais (Florianópolis, Curitiba, Recife, entre outros), estados (Alagoas, Sergipe, etc.) e países (Panamá), bem como de figuras históricas (Bartolomeu de Gusmão, Conde D'Eu, Diogo Feijó, etc.) e de personagens literários (Caramuru, Moema e Paraguaçu, do poema épico com inspiração histórica de Santa Rita Durão).

O geógrafo Márcio Luís Hassler, em artigo científico publicado em 2006, fundamentado em pesquisa promovida em 2001, descreve um dos fatores que pode ter contribuído para o povoamento e a urbanização do Bairro São José: a modernização da agricultura, que suscitou o processo de êxodo rural, característica comum no Brasil a partir da década de 1950 (HASSLER, 2006, p. 29). Alguns dados socioeconômicos relativos aos moradores do bairro em 1995 podem ser encontrados no trabalho de Tedesco e Dalsoto (1995). Sobre a primeira parte da década de 2000, recomenda-se a pesquisa de Gengnagel, Bitencourt e Spinelli (2006).

Em 19 de junho de 1962, um novo anúncio publicado na tradicional edição especial de aniversário de O Nacional divulgava a comercialização, em “40 prestações sem juros”, de lotes na Seção Noé Chagas do Bairro São José, localizado ao “nascente da cidade de Passo Fundo”. Entre os chamarizes impressos na publicidade, destacavam-se a proximidade do bairro com a futura cidade universitária, com a porvindoura estação ferroviária e com estradas de rodagem já existentes ou a serem construídas em seu entorno (BAIRRO..., 1962).

Os contratos da Seção Noé Chagas eram negociados junto ao Edifício Florisbelo, na Rua Bento Gonçalves, Centro de Passo Fundo. Aos interessados, era oferecida “condução sem compromisso” até o local (BAIRRO..., 1962). Conforme Tedesco e Dalsoto (1995, p. 87-88), muitos moradores da região conhecida como “baixada”, a mais pobre do bairro, adquiriram terrenos de Noé Chagas, sem deter a propriedade legal dos mesmos, apenas a posse, algo que lhes causava sucessivos inconvenientes, ainda na década de 1990.

Noé Chagas

Com relação a Noé Chagas (1901-1985), foram obtidas poucas informações durante a pesquisa. Em depoimento para o livro Testemunhas da História (2013), o médico Jovino da Silva Freitas (1910-2017) pontuou que sua família era oriunda de Júlio de Castilhos/RS. Ao se mudar para Passo Fundo, o Capitão Jovino (1877-1918), pai do médico homônimo, trouxe consigo a esposa Juliana de Mello Freitas (1879-1971), e outras “seis ou oito famílias selecionadas, para promover o desenvolvimento” do município. Entre essas pessoas estavam Antão Abade das Chagas (1897-1989) e o irmão dele, Noé Chagas (FREITAS, 2013, p. 92).

Jovino recordava que Noé Chagas se casou “com uma moça daqui”, tendo se mudado para Porto Alegre após o casamento. Ao se desquitarem da esposa, Chagas teria se sentido prejudicado pela divisão de bens. Cansado do litígio,

aceitou ficar um “banhado” que ele considerava de baixo valor. Entretanto, as terras de Noé em Porto Alegre, segundo Freitas, foram compradas por uma vultosa importância. Ao retornar para Passo Fundo, Chagas adquiriu “uma gleba de terra, onde hoje é o Bairro São José”. “Parece que ele comprou isso do Dr. Azambuja, e loteou e ficou riquíssimo, todo Bairro São José loteado, e era ele que estava vendendo”, pontuou Freitas (2013, p. 92).

Considerando as memórias de Jovino da Silva Freitas, suscitam-se outras questões sobre Noé Chagas e sua ação no Bairro São José. O Dr. Azambuja, citado por Freitas, era Antônio Bittencourt Azambuja (1890-1964), advogado e político, que possuía, de fato, grande quantidade de terras nas proximidades do bairro. O Campus I da Universidade de Passo Fundo, idealizado em 1956 pela Sociedade Pró-Universidade (SPU), começou a ser concebido em 1973 (MEYRER, 2017, p. 52). As primeiras terras obtidas com o intuito de instalar o campus pertenciam anteriormente a Azambuja: eram 550.000 m² oriundos de aquisição e 50.000 m² provenientes de doação, em transação efetuada em 1957 (BENVEGNU, 2006, p. 191)

Em 8 de abril de 1958, o Diário de Notícias, de Porto Alegre, divulgou, através de seu correspondente Carlos de Danilo Quadros (1922-2005), que Noé Chagas doou um milhão de cruzeiros ao Hospital de Caridade de Passo Fundo (atual Hospital de Clínicas). De acordo com Quadros, o gesto de Chagas ganhou repercussão positiva entre os passo-fundenses, pois possibilitaria a conclusão de um novo pavilhão no referido nosocômio. Píndaro Annes (1894-1969), então presidente do HC, alegava que, em 1957, foram investidos valores semelhantes “na assistência médica dos menos favorecidos” (QUADROS, 1958, p. 6)

Em levantamento realizado no site de genealogia Family Search, ligado à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, o perfil de Noé Chagas informa que ele faleceu em 12 de julho de 1985, em Porto Alegre, aos 84 anos. O registro no site, fundamentado na certidão de óbito de Noé Chagas, confirma seu desquite: sua ex-esposa se chamava Adyles Teixeira de Souza. Com ela, Chagas teve quatro filhos: Walmor, Antônio, Jussara e Lara (FAMILY SEARCH, 2021).

Ruas de 1965

O prefeito Mário Menegaz sancionou, através da lei nº 1.176, de 9 de setembro de 1965, os nomes de outras 37 ruas no Bairro São José (PASSO FUNDO, 1965). A ação demonstra um crescimento muito rápido do local – em um período inferior a dez anos –, possivelmente motivado pela atividade de Noé Chagas. Essas ruas contavam, até então, com nomes provisórios, compostos por letras do alfabeto ou pela letra A, seguida de um número de identificação, recurso comumente empregado em vias planejadas de loteamentos.

Os novos nomes escolhidos contemplaram homenagens a políticos em evidência nos últimos anos – como o primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha (1910-1962) e o engenheiro João Magalhães Filho (1922-1964), udenista falecido enquanto exercia o cargo de secretário estadual de Obras Públicas – e a figuras-chave do trabalhismo – como o deputado Fernando Ferrari (1921-1963), o chanceler San Tiago Dantas (1911-1964) e os senadores Alberto Pasqualini (1901-1960) e Lúcio Bittencourt (1911-1955).

As designações também recordaram pessoas da comunidade passo-fundense mais contemporâneas – como Marco Antônio Menna Barreto, estudante falecido aos 19 anos, em 1965, em um acidente de trânsito, Dalila Pinto Lima (1895-1958), José Vanzo (1878-1964), Martins Schleder (aprox. 1894-1965), entre outros – ou mais antigas – como James de Oliveira Franco (1841-1918), expoente da Maçonaria, primeiro juiz de Direito nomeado para Passo Fundo, cuja presença local data do final da década de 1870.

Outros tipos de nomenclaturas também chamam a atenção no bairro, a exemplo de Rua da Universidade e Rua da Agronomia. A Universidade ainda não havia sido formada nos moldes que viriam a se consolidar poucos anos mais tarde e o curso de Agronomia da Sociedade Pró-Universidade enfrentava uma grave crise, tendo servido por anos de palco para disputas políticas (BENVEGNU, 2006, p. 194). A Rua do Congresso reverencia uma instituição constantemente atacada pelos militares detentores do poder. Paralelamente, a Rua Primeiro de Abril recorda a Operação Farroupilha, em que o governo estadual de Ildo Meneghetti foi temporariamente transferido para Passo Fundo, tão pronto foi deflagrado o golpe militar apoiado por Meneghetti e Menegaz (VANIN; BILUCZYK, 2019, p. 10).

Entre as poucas homenagens a mulheres impressas nas designações das ruas do bairro está a Rua Madalena Pretto Formighieri. O inconveniente desse registro é que houve uma confusão com o nome da referida. Trata-se, na verdade, de Magdalena Dalla Costa Pretto (1877-1964), viúva de Ângelo Pretto, falecido em 1946. Uma das filhas do casal, Marieta (1898-1961), se casou com Ernesto Formighieri (1898-1996), adotando, assim, o nome de Marieta Pretto Formighieri. A confusão entre os nomes da mãe e da filha se conservou na nomenclatura da rua.

Na época da sanção da lei, outras legislações versaram sobre logradouros de outros bairros. Muitas pessoas acabaram recebendo homenagens em duplicata, como Coronel Quim César (1887-1961), Guilherme Boor (aprox. 1900-1964) e Jorge Barbieux (1867-1945), que seguem denominando mais que uma rua no município. Algumas nomeações foram corrigidas pela lei 1.376, de 27 de fevereiro de 1970, sancionada pelo vice-prefeito Guaracy Barroso Marinho (1921-1992). No que concerne ao Bairro São José, mudaram de nome nessa ocasião a Rua Evaristo Tagliari (menção ao industrialista – 1907-1964), que se tornou Rua Estácio de Sá, e um trecho da Rua Caramuru, que se tornou Rua Cruz e Sousa (reverência ao poeta – 1861-1898) (PASSO FUNDO, 1970).

A construção das rodovias atualmente denominadas como BR 285 e ERS 135 isolou partes do bairro e modificou traçados de algumas ruas. A Avenida Sílvio Romero, por exemplo, possui dois trechos, tornando-se em ambos os segmentos mais uma rua de acesso do que uma avenida propriamente dita, conforme sugere sua tipologia original. Algo semelhante ocorre com as ruas Moema e Primeiro de Abril – de um lado e de outro da ERS 135. A Avenida Lucas Dias, atualmente, compreende apenas um trecho menor, paralelo com a rodovia estadual. Parte da Rua Florianópolis é quase imperceptível e a Rua Paraguaçu desapareceu por completo, ante a prevalência da construção da rodovia federal.

Tempos porvindouros e adjacências

O Bairro São José, por si, não experimentou grandes expansões territoriais nos anos porvindouros. Leis de nomenclaturas de ruas somente ajustaram duplicidades ou formalizaram vias alegadamente sem designação. Para solucionar essas questões, nomes de pessoas falecidas da comunidade local, algumas das quais atuantes no próprio bairro, como Lúcio Allebrandt (1919-1980) e Aurélio Dias (1939-1994), foram privilegiados nas escolhas.

Nas adjacências, percebe-se que o Bairro Leonardo Ilha foi constituído a partir da década de 1990, nas terras de Antônio Bittencourt Azambuja herdadas por sua filha Laura, casada com o médico Telmo Ilha (1915-1988). Leonardo Ilha (1975-1990) foi um estudante, falecido aos 14 anos, em um acidente automobilístico, neto de Telmo e bisneto de Antônio. Os limites do Bairro Leonardo Ilha são bastante fluidos com os do São José, em seu segmento mais próximo da UPF.

Por outro lado, o Bairro Coronel Massot, antigamente conhecido como Loteamento da Brigada Militar, foi estabelecido por essa instituição, detentora de grandes quantidades de terra naquele local. O nome do militar Affonso Emílio Massot (1865-1925), considerado patrono da BM, passou a designar o loteamento em 2001 (PASSO FUNDO, 2001). No período estudado por Gengnagel, Bitencourt e Spinelli (2006), o Massot fazia parte do mesmo setor fiscal do Bairro São José, o de número 16. Atualmente, ambos estão em setores separados. Os setores fiscais são as divisões regionais oficiais estabelecidas pela Prefeitura de Passo Fundo.

Referências

BAIRRO São José (Seção Noé Chagas). Anúncio. O Nacional, 19 jun. 1962.

BENVEGNU, Sandra Mara. Décadas de Poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra – 1945-1967. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2006. 261f.

FAMILY SEARCH. Perfil de Noé Chagas (1901-1985). 2021. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/9JWR-G1D>. Acesso em: 1 jun. 2021.

FREITAS, Jovino da Silva. Memórias de um passo-fundense centenário – Entrevista concedida a Veríssimo da Fonseca e Sandra Barrichello. In: FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da; CORTEZE, Dilse Piccin (org.). Testemunhas da História. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013, p. 91-98.

GENGNAGEL, Claudionei Lucimar; BITENCOURT, Luciane Rodrigues de; SPINELLI, Juçara. Análise socioeconômica do bairro São José e Loteamento Coronel Massot – Passo Fundo/RS. Encontro de Economia Gaúcha, 2006. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m07t01.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

HASSLER, Márcio Luís. O êxodo rural como fator de ocupação territorial no Bairro São José de Passo Fundo/RS. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 4, n. 1, p. 23-30, jun. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/215/178>. Acesso em: 1 jun. 2021.

MEYRER, Marlise Regina. Fundação Universidade de Passo Fundo: 50 anos. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2017. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/fupf/livro-50-anos-fupf.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 1.176, de 9 de setembro de 1965. Denomina ruas do Bairro São José. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=3551&tipo=texto. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 1.376, de 27 de fevereiro de 1970. Extingue nome de rua em duplicata no município de Passo Fundo e adota novas denominações. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=3569&tipo=texto. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 2.255, de 30 de maio de 1986. Denomina ruas inominadas no Bairro São José. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=3917. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 2.911, de 24 de novembro de 1993. Denomina Telmo Ilha, avenida inominada no Loteamento Leonardo Ilha. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=4037. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 3.237, de 9 de setembro de 1997. Denomina de rua Lúcio Allebrandt, a atual Rua A, localizada no Bairro São José. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=4072. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 3.535, de 3 de dezembro de 1999. Denomina de Aurélio Dias a rua inominada localizada entre a rua Beco do Oitavo e Rua do Congresso, no Bairro São José, em Passo Fundo/RS. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=4196. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 3.720, de 15 de maio de 2001. Denomina de Loteamento Coronel Massot o local atualmente denominado de Loteamento da Brigada Militar, conforme especifica. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=63532. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Lei nº 660, de 23 de dezembro de 1955. Autoriza o prefeito municipal a adotar a denominação de ruas e praças da cidade. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=3493. Acesso em: 1 jun. 2021.

PASSO FUNDO. Plano Diretor – Ano de 1953. Disponível em: http://projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=24846&tipo=texto. Acesso em: 1 jun. 2021.

QUADROS, Carlos de Danilo. Doou um milhão de cruzeiros ao Hospital de Caridade de Passo Fundo. Diário de Notícias, 8 abr. 1958, p. 6.

TEDESCO, João Carlos; DALSTO, Adelar. Desvendando o invisível: considerações introdutórias acerca da informalidade. Teoria e Evidência Econômica, ano 3, n. 5, p. 79-105, maio 1995. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4755>. Acesso em: 1 jun. 2021.

VANIN, Alex Antônio; BILUCZYK, Roberto. Operação Farroupilha: Ildo Meneghetti, Passo Fundo e o golpe militar (1964). O Nacional, Passo Fundo, 27 abr. 2019, p. 10. Disponível em: <http://www.upf.br/ahr/memorias-do-ahr/2019/operacao-farroupilha-ildo-meneghetti-passo-fundo-e-o-golpe-militar-1964/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

VILLA Petrópolis. Anúncio da Companhia Predial Ltda. O Nacional, 11 mar. 1930, p. 6.

Data : 01/01/2019

Título : Paulo Brossard e o Plebiscito de 1993

Categoria: Artigos

Paulo Brossard e o Plebiscito de 1993

Roberto Biluczyk

Mestrando em História – PPGH-UPF

Os debates efetivados durante a Assembleia Constituinte, ocorrida entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988, deram voz a diversos movimentos, alguns deles de reivindicação de pautas bem pontuais. Foi assim que o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo foi concebido. O expediente eleitoral realizado em 21 de abril de 1993 versou sobre a escolha popular entre três alternativas: a monarquia parlamentarista, a república parlamentarista e a república presidencialista.

A monarquia parlamentarista permite que um rei se estabeleça como chefe de Estado, ou seja, como representante político e institucional do país, enquanto o primeiro-ministro atua como chefe de governo, administrando de fato. A república parlamentarista, por sua vez, substitui o rei por um presidente eleito, direta ou indiretamente. Já a república presidencialista, modelo em funcionamento hoje, concentra as duas funções na figura do presidente.

Devido ao cenário de instabilidade política do país, que culminou com o impeachment do Presidente Fernando Collor, em 1992, os assuntos foram pouco aprofundados publicamente até o início de 1993, quando já eram emergentes e não podiam mais ser adiados. Nos bastidores, as três frentes atuaram na organização interna do acontecimento político. Já o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda enfrentava contestações e buscava solucionar problemas oriundos de detalhes, como a organização da cédula eleitoral.

Nesse desdobramento, não era comum que juízes ocupassem protagonismo junto às discussões políticas no Brasil. No entanto, o sul-rio-grandense Paulo Brossard (1924-2015), ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do TSE, veio a público, a fim de esclarecer pontos de divergência envolvendo a eleição.

Brossard foi indicado para o STF em 1989, pelo Presidente José Sarney. Antes disso, porém, contava com uma extensa trajetória política, tendo feito parte do antigo Partido Libertador, entre 1945 e 1965, cuja principal bandeira era a instalação do parlamentarismo no país. Igualmente, foi eleito ao longo de sua vida para cargos como deputado e senador, opondo-se ao trabalhismo.

Em 1993, a primeira atuação pública de Brossard se deu em fevereiro, no sorteio da disposição das informações da cédula eleitoral. A urna eletrônica ainda não existia. O modelo escolhido colocava as formas de governo à esquerda do papel e os sistemas à direita, descontentando os republicanos parlamentaristas. A apresentação igualmente permitiria que um quarto item fosse escolhido pelo eleitor: a monarquia presidencialista, modelo inexistente e não previsto pela lei. Brossard opinou, primeiramente, que a possibilidade era legítima e concentraria poderes nas mãos do rei. Criticado por suas palavras, mais tarde, esforçou-se para informar que a escolha era inviável.

Em março de 1993, o ministro, insatisfeito com o conteúdo dos programas de rádio e televisão veiculados pelas frentes em campanha, resolveu gravar três intervenções com cerca de quinze minutos de duração, a fim de ele mesmo esclarecer as ideias ao eleitorado. A medida foi criticada pelos organizadores das três campanhas. Presidencialistas, como Leonel Brizola (1922-2004), acusavam Brossard de tomar partido no Plebiscito, em favor dos parlamentaristas.

A intervenção de Brossard também foi desacreditada pela imprensa. A revista *Veja* (que pode ser consultada no Arquivo Histórico Regional), por exemplo, trazia opiniões que afirmavam que o ministro mais confundiu que esclareceu o eleitor. A estratégia do magistrado foi avaliada como ineficaz, devido ao alto grau de erudição de sua fala. Ou seja, Brossard não soube, segundo a publicação, apresentar as ideias de maneira simples, para que todo o público entendesse.

O Plebiscito ocorreu normalmente, garantindo a manutenção da república presidencialista, já preferida pela maioria dos constituintes, anos antes. Brossard deixou o STF em 1994, ao completar setenta anos de idade. Sua atuação frente ao Plebiscito chama a atenção, assim com o próprio expediente eleitoral, em virtude da inusitada postura de interferência do magistrado.

Data : 01/01/2018

Título : Uma eleição diferente: o Plebiscito de 1993 nas páginas de revistas e jornais

Categoria: Artigos

Roberto Biluczyk

Acadêmico do curso de História da UPF

Há 25 anos, o eleitorado brasileiro foi convocado a participar de uma inusitada votação: o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. Concretizado em 21 de abril de 1993, uma quarta-feira, o expediente versou sobre a escolha entre a monarquia e a república, o presidencialismo e o parlamentarismo, como mecanismos de governabilidade do Brasil.

Sua realização esteve diretamente relacionada à Assembleia Constituinte, que definiu a Constituição de 1988. Durante as discussões, movimentos parlamentaristas buscavam viabilizar a implantação de seu ideário, justificando-o como mais adequado ao país. No entanto, a proposta foi rejeitada e o presidencialismo, oficializado no Brasil, sem direito a novos debates naquele espaço. Ao mesmo tempo, o deputado paulista Cunha Bueno procurava maneiras de eliminar uma cláusula pétrea, datada de 1889, que impedia qualquer contestação à república, como forma de governo. Defensor da monarquia, o parlamentar conquistou seu objetivo, propondo a realização de um plebiscito, onde a população indicaria se daria continuidade à república ou se preferia um rei como chefe de Estado.

Com a adesão dos parlamentaristas, houve a inclusão dos sistemas de governo na mesma votação. E assim, em 1988, aprovou-se que, cinco anos mais tarde, o eleitor legitimaria sua preferência pelo voto. Em agosto de 1992, a data original prevista para a eleição, 7 de setembro de 1993, foi antecipada para 21 de abril.

Na ocasião, o presidencialismo se encontrava abalado por denúncias de corrupção atribuídas ao presidente, Fernando Collor, deposto no final de 1992. Com isso, às vésperas da realização do Plebiscito, a república parlamentarista contava com grande preferência popular, comprovada por pesquisas de opinião.

Ao regulamentar a campanha, o presidente Itamar Franco vetou o modelo inicialmente proposto para a cédula de votação – o Plebiscito é anterior às urnas eletrônicas. De tal modo, um novo estilo foi elaborado. A nova cédula também não agradou, visto que possibilitava a escolha de uma monarquia presidencialista, algo impensável e inexistente. No entanto, foi com ela que a eleição se deu naquele abril.

O Plebiscito de 1993, assim como nas tradicionais eleições democráticas, contou com campanha e horário eleitoral gratuito em rádio e televisão, onde os políticos mais destacados de então, de variados partidos, com diversas plataformas, uniram-se para defender as ideias que julgavam mais adequadas ao país.

Conforme a campanha foi se desenvolvendo, percebeu-se o desinteresse do eleitor, que não dominava os assuntos das discussões que lhe eram ofertadas. O presidencialismo saiu em defesa das eleições diretas para presidente, rememorando o movimento das Diretas Já, de 1983 e 1984. Já os monarquistas, em conflito sobre quem de fato assumiria o trono brasileiro em caso de vitória, utilizavam o slogan “Vote no Rei”, mesmo sem personificar o voto. Os parlamentaristas, por sua vez, encontraram dificuldades em se explicar quanto ao papel do povo na escolha do mandatário da nação. Com isso, perdiam fôlego a cada semana. O resultado da disputa consagrou a república presidencialista, mantida até hoje, com considerável diferença de votos em relação às ideias concorrentes.

A História vem contemplando novas formas de abordagem em suas pesquisas. Paradigmas inovadores oferecem a possibilidade de o historiador, sob um olhar crítico, utilizar-se dos veículos da imprensa para obter informações sobre fatos mais recentes, na chamada História do Tempo Presente. O Arquivo Histórico Regional (AHR) disponibiliza para consulta local inúmeros periódicos de comunicação social, como o jornal O Nacional e as revistas IstoÉ e Veja, sendo esta última a fonte para a pesquisa descrita neste texto. A preservação desses materiais ajuda a escrever a história e apresentá-la ao grande público, por meio de pesquisas científicas, livros e artigos.

Data : 21/03/2020

Título : Unidos hoje, unidos sempre: Seleções, as empresas transnacionais e a Política de Boa Vizinhança

Categoria: Artigos

Descrição: Texto publicado na coluna Memórias do AHR, em 21 de março de 2020.

“Unidos hoje, unidos sempre”: Seleções, as empresas transnacionais e a Política de Boa Vizinhança

Roberto Biluczyk

Mestrando em História – PPGH-UPF

No auge do Estado Novo, o governo do Brasil observava à distância os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O país, no entanto, declararia guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista em 1942, meses após embarcações brasileiras serem bombardeadas pelas potências do Eixo. No mesmo período, os Estados Unidos da América (EUA) buscavam uma aproximação com os demais países do continente. Percebendo que alguns deles eram governados por políticos que nutriam afinidades com as ideias fascistas, o governo dos EUA intensificou seu poder persuasivo por meio da Política de Boa Vizinhança, apresentada por Franklin Delano Roosevelt, presidente estadunidense entre 1933 e 1945.

A política estadunidense visava difundir seu modo de vida – American way of life – entre os habitantes da América Latina, interferindo na cultura local das mais variadas formas, por meio de músicas, filmes, produtos, entre outros. Um dos mecanismos utilizados nessa prática foi a publicação em língua portuguesa, a partir de 1942, da revista Seleções do Reader's Digest, surgida no país da América do Norte vinte anos antes.

Apesar de Seleções não estar entre o aparato originalmente concebido para a Política de Boa Vizinhança, no Brasil a revista serviu ao governo Roosevelt de maneira indireta, por sua linha editorial e publicitária, que promovia o estilo cultural estadunidense. Com o slogan “Artigos de Interesse Permanente”, consolidou-se no mercado, mantendo-se em circulação até os dias de hoje. A publicação conta com inúmeros exemplares disponíveis para consulta local junto ao Arquivo Histórico Regional (AHR).

Nos anos 1940, Seleções era impressa em papel de altíssima qualidade e apresentava uma estética visual muito limpa em suas matérias, sem recursos visuais exagerados. Com isso, o texto ganhava pleno destaque, sem distrações. No entanto, em suas páginas finais, especialmente nas edições analisadas de 1943 e 1944, percebem-se grandes quantidades de anúncios, todos de empresas transnacionais, interessadas no mercado brasileiro.

Destacam-se nesse panorama, a petrolífera Standard Oil (Esso), empresas de fabricação bélica e a Coca-Cola. A Standard Oil era também patrocinadora, desde agosto de 1941, do famoso Repórter Esso, renomado radiojornal com enfoque nos acontecimentos da Guerra. Quanto à publicidade das fábricas de armas e aviões de guerra, nota-se uma proeminência na apresentação das modernas tecnologias estadunidenses de efeito, no auge da participação daquele país no conflito.

Já nos anúncios de Coca-Cola, refrigerante que começou a ser comercializado no Brasil em 1941, percebem-se peças publicitárias coloridas e agradáveis. Algumas vezes com inscrições em espanhol, as peças evidenciam a frase “Unidos hoje, unidos sempre”, acompanhadas de um contorno do mapa do continente americano.

Cabe salientar também a presença de anúncios com figuras ilustres da história dos Estados Unidos, como George Washington, seu primeiro presidente, usado para promover uma marca de uísque, e a promoção de estações de rádio de ondas curtas oriundas dos Estados Unidos, concorrentes diretas da Rádio Berlim, também captada no Brasil.

Essas medidas serviram aos interesses estadunidenses, em sua intenção de influenciar os povos latino-americanos e adquirir parcerias comerciais e culturais. No entanto, com o falecimento de Roosevelt, a vitória na guerra e a queda de Getúlio Vargas, em 1945, as relações entre os dois países se transformaram e a política estatal de cordialidade ficou para trás. O referido assunto tem despertado um grande número de pesquisas históricas, por suas incontáveis particularidades frente à cultura brasileira no espaço temporal analisado.